



PREFEITURA DO

RECIFE

Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU
Ata da 152ª (centésima quinquagésima segunda) Reunião Ordinária
Dia 24 de agosto de 2007

Às 09:30 (nove e trinta) horas do dia 24 de agosto de 2007 (dois mil e sete), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da suplente do presidente, Dra. Maria José De Biase. Havendo número legal, a suplente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 151ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de julho de 2007. 2) Análise para Classificação em Imóveis Especiais de Preservação – IEP – Lei nº 16.284/97. Imóveis 1509, 1531 e 1553 situados na Av. Conde da Boa Vista (Instituto Psiquiátrico do Recife), e do imóvel 2069 da Av. 17 de Agosto, antiga Casa de Saúde São José. Solicitação da Secretaria de Cultura. 3) Apresentação do Programa PROMETRÓPOLE – Dr. Marcus Tullius Bandeira de Menezes, Secretário de Saneamento. 4) III Conferência da Cidade do Recife – Informes. 5) Outros. Estiveram presentes os conselheiros, Dra. Maria José De Biase, suplente do presidente, Dra. Taciana Maria Sotto Mayor Porto Chagas, Gerente da 1ª Regional – DIRCON/SPPODUA (suplente), Dr. Fábio Henrique Macêdo, Assessor Técnico da Secretaria de Finanças (suplente), Ana Maria Costa Magalhães, Assessora Técnica da Secretaria de Assistência Social (suplente), Dra. Andréa Karla Amaral de Galiza, Diretora da Procuradoria Consultiva - Sec. Assuntos Jurídicos (titular), Dr. Antônio Valdo de Alencar, Assessor Executivo da Sec. Serviços Públicos (suplente), Dr. Djalma Souto Maior Paes Júnior, Secretário da Sec. de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (titular), Dr. José Romero Campello Britto, representante da Sec. de Turismo (suplente), Dr. Carlos Eduardo Maciel Lyra, Assessor Especial – SANEAR (titular), Dr. Marcos José Maia Borges, representante da Caixa Econômica Federal (suplente), Dr. Tamar Ferreira de Lima, representante da Agência CONDEPE/FIDEM (titular), Dr. Marco Aurélio Mayrinck Estela de Melo, representante da FIEPE (suplente), Sr. Tomé Ferreira de Lima, representante da FEAMEPE (suplente), Dr. José Luiz da Mota Menezes, representante do CREA/PE (titular), Dra. Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da Costa, representante do CREA/PE (suplente), Dr. Sérgio Higino Dias dos Santos, representante da OAB/PE (suplente), Dr. João Domingos Petribú da Costa Azevedo, representante do IAB/PE (suplente), Dr. Edgar Gomes da Silva, representante da ADEMI/PE (titular), Dr. Eduardo Fernandes Moura, representante da ABIH (suplente), Dr. Paulo Reynaldo Maia Alves, representante do Centro Josué de Castro/ABONG (titular), Sr. Marcos Francisco Barbosa, representante do Fórum do Prezeis (titular) e a Sra. Maria Lúcia da Silva, representante da FIJ (suplente). A seguir, Dra. De Biase deu posse à conselheira Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da Costa, como membro suplente, representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco CREA/PE. Em seguida, passou para o primeiro item da pauta - Aprovação/Assinatura da Ata da 151ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de julho de 2007. Ata aprovada. O segundo item da pauta, Análise para Classificação em Imóveis Especiais de Preservação – IEP – Lei nº 16.284/97. Imóveis 1509, 1531 e 1553 situados na Av. Conde da Boa Vista (Instituto Psiquiátrico do Recife), e do imóvel 2069 da Av. 17 de Agosto, antiga Casa de Saúde São José. Solicitação da Secretaria de Cultura, não foi analisado. Dra. De Biase comunicou aos conselheiros que hoje não seria possível apreciar este ponto de pauta, “porque houve



PREFEITURA DO
RECIFE

necessidade de complementar a análise. Na próxima reunião iremos submetê-lo à votação". Continuando, de comum acordo com os conselheiros presentes, Dra. De Biase inverteu a pauta passando para o quarto item. III Conferência da Cidade do Recife – Informes, enquanto aguardava as presenças dos representantes da Secretaria de Saneamento, convidou o conselheiro Djalma Souto Maior Paes Júnior, secretário da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, membro da comissão preparatória da 3ª Conferência para fazer os informes. O conselheiro Djalma iniciou sua fala, comunicando que Dra. Sandra Marília Nunes coordenadora da comissão preparatória, impossibilitada de comparecer a esta reunião, solicitou que o mesmo desse os informes. O conselheiro apresentou o seguinte documento: "TEXTO DE APOIO. 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO RECIFE. Lema: Desenvolvimento Urbano com participação popular. Tema: Avançando na Gestão Democrática das Cidades. A finalidade principal das Conferências das Cidades é dar subsídios para a construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Este é o resultado esperado das três Conferências. Para formular esta política parte-se da reflexão sobre o modelo de desenvolvimento urbano, que tem produzido cidades com enormes diferenciações e exclusão sócio-espacial, com áreas carentes e demandantes de serviços e infra-estrutura, com conflitos pela posse da terra, com violência e insegurança. A idéia é discutir e entender como as políticas e os investimentos nos três níveis de governo estão contribuindo, ou não, para reverter a lógica da desigualdade e da exclusão social, a fragmentação e a desarticulação das intervenções setoriais e inter-governamentais, visando otimizar os custos sociais e a qualidade de vida nas cidades. Tal discussão chama a atenção, sobretudo, para a importância da integração das políticas setoriais e das ações governamentais na área de desenvolvimento urbano, para o enfrentamento dos problemas que acometem as cidades brasileiras. Para fazer essas análises é necessário entender, também, qual a capacidade dos Municípios brasileiros em gerenciar o seu desenvolvimento de forma justa, democrática e sustentável, ou seja, entender a capacidade dos municípios de planejarem o desenvolvimento das cidades e realizarem suas intervenções de forma integrada e com participação social. A política urbana é tratada pelo Ministério das Cidades através de 4 setores: habitação; mobilidade e acessibilidade para todos; saneamento básico ampliado (água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e coleta e destinação final dos resíduos sólidos) e programas urbanos/ordenamento territorial. Estes quatro setores vão ser tratados em todos os cinco sub-temas da Conferência. A 3ª Conferência Municipal do Recife adotará a metodologia de discussão em cinco grupos de trabalho, cada grupo tratando de um sub-tema. De acordo com o que foi definido no regimento da Conferência Nacional para cada sub-tema deverão ser eleitas duas propostas prioritárias para serem encaminhadas à Conferência Nacional. O texto-base da Conferência, elaborado pelo Ministério das Cidades, estabelece alguns desafios a serem discutidos dentro de cada sub-tema e, ao final, são colocadas algumas questões orientadoras do debate. As questões devem ser discutidas de acordo com o entendimento de cada grupo, porém, algumas perguntas são direcionadas para o conteúdo de cada sub-tema, conforme listado. Sub-tema 1. 1 – As intervenções Urbanas e a integração de políticas. No Recife já existem diversas políticas estabelecidas; há planos, programas e projetos; há, também, o resultado das diversas conferências municipais que se referem aos setores; assim, o desafio é como integrar as políticas que já foram discutidas, de forma isolada, no município. O grupo que tratar deste tema, deverá discutir a integração das políticas municipais existentes para os quatro



PREFEITURA DO
RECIFE

setores - habitação, mobilidade e acessibilidade para todos, saneamento básico ampliado (água, esgotamento, coleta e destinação final do lixo e drenagem) e programas urbanos/ordenamento territorial; a integração desses setores entre si e com outras políticas municipais (por exemplo, a relação direta do saneamento com a saúde). Considerando ser o Recife uma cidade metropolitana é imprescindível discutir a relação das políticas municipais com as políticas estaduais e a integração destas políticas com o nível nacional. Questões colocadas no Texto-base, que estão diretamente relacionadas a esse subtema: Questão nº 5. Nesses últimos quatro anos foram produzidas novas legislações para a habitação, o saneamento e a mobilidade urbana, as quais exigem também a elaboração de planos municipais. Que propostas a Conferência Municipal ou Regional pode levantar para integrar a elaboração desses planos com o Plano diretor? Questão nº 8. Para o seu município, qual o melhor modelo para as ações intermunicipais? Região metropolitana, aglomeração urbana, consórcio intermunicipal? Existe outro? Questão nº 14. Para facilitar a integração das políticas e ações, os municípios e estados deverão criar uma estrutura administrativa que integre, numa mesma secretaria (secretaria das cidades, secretaria de desenvolvimento urbano etc), os temas Habitação, Saneamento, Mobilidade Urbana e Ordenamento Territorial. Quais encaminhamentos foram feitos nesta direção? Quais as dificuldades e como implementar na prática essa integração? Sub-tema 1.2 – As intervenções Urbanas e o Controle Social). O Texto-base coloca que a Gestão Democrática das Cidades deve ser um ponto primordial para a elaboração e execução da política de desenvolvimento urbano, assim como a instituição de fóruns de controle social como elementos norteadores de qualquer política urbana. Este grupo deve discutir nos quatro setores da política urbana que mecanismos existem ou devem existir para fortalecer o controle social, no seu planejamento e execução. Deve discutir como integrar os diversos fóruns de discussão e controle da política urbana. Questões colocadas no Texto-base, que estão diretamente relacionadas a esse subtema: Questão nº 6. Como melhorar e fortalecer a capacidade de planejamento e gestão participativa da política urbana do município? Quais encaminhamentos que deverão ser priorizados? Questão nº 9. Existe um órgão deliberativo metropolitano no seu Estado? Como deve ser a sua composição? Questão nº 12. Seu município tem conselhos na área de política urbana? (Conselho das Cidades, de Desenvolvimento Urbano, de Habitação, Saneamento, Mobilidade Urbana). Questão nº 13. Conforme resoluções da 1ª e 2ª Conferências Nacionais das Cidades, os municípios e estados precisam criar um conselho e fundo únicos que integrem a política de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais (de habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbana), estas como comitês temáticos do Conselho das Cidades. Quais encaminhamentos foram feitos nesta direção? Quais as dificuldades e o que fazer para alcançar esse objetivo? Questão nº 16. Para liberar recursos, os governos estaduais e federal devem exigir que os municípios tenham conselhos das cidades ou equivalentes? Sub-tema 1.3 As intervenções urbanas e os recursos. O grupo deve discutir sobre fontes e formas da captação de recursos e os fundos existentes para a execução da política urbana, de uma maneira integrada, considerando o desnível entre os recursos e as carências da cidade. Questões colocadas no Texto-base, que estão diretamente relacionadas a esse subtema: Questão nº 13. Conforme resoluções da 1ª e 2ª Conferências Nacionais das Cidades, os municípios e estados precisam criar um conselho e fundo únicos que integrem a política de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais (de habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbana), estas como comitês temáticos do Conselho das Cidades. Quais



PREFEITURA DO
RECIFE

encaminhamentos foram feitos nesta direção? Quais as dificuldades e o que fazer para alcançar esse objetivo? Questão nº 15. Para liberar recursos, os governos estaduais e federal devem exigir que os municípios comprovem que as obras e ações de urbanização estejam de acordo com o Plano Diretor? Questão nº 16. Para liberar recursos, os governos estadual e federal devem exigir que os municípios tenham conselhos das cidades ou equivalentes? Sub-tema 2.1 Capacidade Administrativa e de Planejamento e Estrutura Institucional. O Texto-base coloca para discussão em que medida o Poder Público, em especial o Municipal, está estruturado para enfrentar os desafios de seu próprio desenvolvimento. Trata-se de entender qual a estrutura institucional, a capacidade administrativa e de planejamento que o município tem para implementar a política urbana de forma integrada, internamente no nível municipal e com outros níveis de governo, e com participação social. Questões colocadas no Texto-base, que estão diretamente relacionadas a esse subtema: Questão nº 7. Quais as principais demandas dos municípios em relação à assistência técnica e desenvolvimento institucional? Questão nº 14. Para facilitar a integração das políticas e ações, os municípios e estados deverão criar uma estrutura administrativa que integre, numa mesma secretaria (secretaria das cidades, secretaria de desenvolvimento urbano, etc), os temas Habitação, Saneamento, Mobilidade Urbana e Ordenamento Territorial. Quais encaminhamentos foram feitos nesta direção? Quais as dificuldades e como implementar na prática essa integração? Sub-tema 2.2 - Receitas municipais e Ampliação de receitas próprias. Neste tema, a questão a discutir é a forma de aumentar as receitas próprias. O texto-base observa que há instrumentos tributários que permitem o aumento das receitas próprias, como a atualização dos cadastros e a revisão de plantas de valores a fim de atualizar e regularizar a cobrança do IPTU; a regularização fundiária é outro instrumento importante porque permite a regularização fiscal e o imposto sobre transações imobiliárias, que junto com outros instrumentos como a contribuição de melhoria e a outorga onerosa podem auxiliar na gestão da valorização da terra. Mas é fundamental que estejam associados a um sistema eficaz de cobrança de taxas sociais diferenciadas para os serviços públicos em áreas destinadas à habitação de interesse social. Questões colocadas no Texto-base, que estão diretamente relacionadas a esse subtema: Questão nº 11. O seu município cobra IPTU? Quanto representa da receita do município? Que outros instrumentos o município poderá aplicar para aumentar a receita própria? OUTRAS QUESTÕES : 1. O seu município tem Plano Diretor? 2. Ele foi elaborado de forma participativa? 3. Para os municípios que não tem Plano Diretor Participativo, quando será iniciado o processo de elaboração ou revisão do plano? 4. As obras e investimentos públicos estão respeitando o Plano Diretor? Se não, o que deve ser feito para que isto ocorra?". Concluída a leitura do conselheiro Djalma, para finalizar, Dra. De Biase informou que, "a comissão preparatória cumpriu as atividades para as quais foi constituída: em 10 reuniões, definiu a pauta, regimento e participantes da Conferência. As providências administrativas estão em curso: foi contratada uma empresa, para realizar as atividades de secretaria do evento (credenciamento, votação e apuração dos votos etc). Foram expedidos os convites e ainda estamos recebendo as indicações. Os membros do CDU são delegados natos, assim, eles entram no total das vagas das entidades que representam. Isto não está ocorrendo nas indicações. Podemos entender que os membros do CDU, que se enquadram no caso acima não vão participar e, portanto, sua vaga, pode ficar com o que foi indicado". Concluindo, agradeceu a participação dos membros da comissão e falou que na próxima reunião do Conselho, traria as propostas da Conferência que serão



PREFEITURA DO

RECIFE

encaminhadas à Conferência Estadual. Concluído os informes, Dra. De Biase passou para o terceiro item da pauta - Apresentação do Programa PROMETRÓPOLE, convidando o Dr. Marcus Tullius Bandeira de Menezes, Secretário de Saneamento, para fazer a apresentação. O secretário realizou a seguinte apresentação: "Prometrópole & PAC - BACIA DO RIO BEBERIBE. UEs 03, 04, 08, 17, 19, 20 e 21. Programa de Infra-estrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife, coordenado pelo Governo do Estado através da Agência CONDEPE/FIDEM e executado em parceria com as Prefeituras do RECIFE e de OLINDA. Objetivos Gerais: Redução da pobreza urbana; Melhoria da qualidade de vida da população beneficiada; Melhoria ambiental da área da Bacia do Rio Beberibe. Objetivo a ser alcançado através de intervenções integradas e implementadas pelos órgãos públicos, com participação das comunidades beneficiadas, visando à sustentabilidade de todas as ações. Objetivos Específicos: Abertura de viários (Ex: Av. Beira Canal do Arruda); Melhoria nos padrões de eficiência na prestação dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário (Controle Operacional); Melhoria na infra-estrutura urbana através de ações de Saneamento Integrado; Ampliação dos mecanismos de acesso à terra e Aplicação de metodologias participativas. COMPONENTES: COMPONENTE A: Infra-Estrutura Supra-Local na Bacia do Beberibe: Parques, reabilitação do Matadouro de Peixinhos, melhorias de vias e acessos, melhorias no sistema de macro-drenagem. COMPONENTE B: Melhorias no Controle Operacional do Sistema de Distribuição de Água. Melhoria da distribuição de água mediante a setorização da rede de distribuição e instalação de macro-medidores e de hidrômetros residenciais, promovendo o controle operacional e a redução de perdas. COMPONENTE C: Infra-Estrutura Local Áreas de Baixa Renda com Ações de Saneamento Integrado: Planos Urbanísticos, Abastecimento d'água e esgotamento sanitário, Pavimentação e drenagem, Coleta e destinação do lixo, Instalações hidrossanitárias, Remoção e reassentamento de famílias, Educação Sanitária e Ambiental, Controle de vetores de doença de veiculação hídrica e Implantação de equipamentos públicos. COMPONENTE D: Ações Complementares: Ações de participação comunitária, Educação Sanitária e Ambiental. COMPONENTE E: Sistema de Gerenciamento do Programa e Desenvolvimento Institucional. INVESTIMENTOS: BANCO MUNDIAL (empréstimo): US\$ 46,0 milhões. CONTRAPARTIDA Estado: US\$ 21,0 milhões. Recife: US\$ 13,5 milhões e Olinda: US\$ 3,5 milhões. A Prefeitura do Recife executará ações de infra-estrutura local no total de US\$ 34.470.000,00. O Governo do Estado executará, no município do Recife, ações de caráter supra local no total de US\$ 17.530.000,00. O Investimento total no Recife será de US\$ 52.000.000,00. INVESTIMENTO PAC* pelo OGU** R\$ 148.050.000,00. A Prefeitura do Recife executará ações de infra-estrutura local, na Bacia do Beberibe e nas UEs 03,04,08,17,19,20 e 21, com recursos do PAC no total de R\$ 148.050.000,00. *PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, ** OGU - Orçamento Geral da União. Ações a serem implementadas pela PREFEITURA DO RECIFE: Saneamento Integrado; Mobilização e participação comunitária; Planejamento Participativo; Cadastro e elaboração de projetos com a comunidade; Apresentação e aprovação da Proposta Urbanística na comunidade. Exemplo de intervenção: Rua do Cravo - Sigismundo/ Mangueira; Construção do Conjunto Habitacional Jiquiá - Mangueira. Participação Popular: Fóruns Micro-regionais do Orçamento Participativo - As consultoras e construtoras apresentarão agenda de trabalho em área para estabelecer as parcerias com as representações locais. Oficinas de Planejamento Participativo - Toda a população mobilizada. Pesquisa Sócio Econômica - Todos os domicílios das Unidades de



PREFEITURA DO
RECIFE

Esgotamento. Comitês de Desenvolvimento Local (Escritório Local): Prefeitura, Fórum do Orçamento Participativo, Fórum do Prezeis, ONGs e Comissões de sub-áreas e de Obras. Comissões de Acompanhamento de Obras e Ações: Prefeitura, Delegados(as) do OP. Comul, Moradores(as) das áreas de intervenção e Representantes de quadras ou ruas. Canal Jacarezinho: Localidades: Campina do Barreto. Área 16,3 hectares. População 4.500 habitantes. Imóveis Existentes: 951. Investimento Licitado: R\$ 19.368.481,16. Planejamento Participativo: Eleição da Comissão de Acompanhamento das Ações (02 Comul, 02 Delegados OP e 02 Moradores por Setor, Total 18 pessoas). PALAFITAS: 34, MADEIRA: 111 e ALVENARIA: 353. IMÓVEIS A SEREM EDIFICADOS: 337 unidades; FAMILIAS REASSENTADAS: 297 unidades; VIAS VEICULARES A SEREM PAVIMENTADAS: 4.362m; VIAS E ACESSOS DE PEDESTRES A SEREM PAVIMENTADAS: 8.725m; REVESTIMENTO DE CANAL: 770m; REDE DE ESGOTO A CONSTRUIR: 11.315m; ABASTECIMENTO D'ÁGUA: 3.443m; INVESTIMENTO PER CAPTA - DÓLAR / HABITANTE: 2.500,80. Ações Iniciais: Plano de Remoção: 05/02/2007 - Reunião do Pleno para apresentar projeto e definição de agenda de reuniões sobre plano de Remoção das Famílias. 06/02/2007 - Visita ao canal do Jacarezinho com Delta/Rocha. 07/02/2007 - Reunião com Sec. Direitos Humanos – Consórcio Público para Governança Metropolitana Brasil/Canadá. 07/02/2007 - Reunião na Codecir sobre Plano de Remoção. 08/02/2007 - Reunião com Programa de mão de Obra Local. 12/02/2007 - Reunião na Codecir sobre Plano de Remoção. 12/02/2007 - Plenária com a comunidade para informar da atualização de cadastro e do início das Obras. 13 à 15/02/2007 - Atualização Cadastral. 15/02/2007 - Reunião no auditório da Guarda Municipal sobre Plano de Remoção. 22 e 23/02/2007 - Inscrição da Mão de Obra Local. 23 e 24/02/2007 - Mobilização para Ato de Anuncio do início das Intervenções. 23 ou 26/02/2007 - Ato de Anuncio do início das Intervenções. 23/02/2007 - Reunião sobre cronograma de Obras com o Consórcio Delta/Rocha. 26 à 28/02 e 01 à 02/03/2007 - Desratização no canal do Jacarezinho. 26 à 28/02 e 01 à 02/03/2007 - Inserção das crianças nas escolas próxima as novas residências. 26 à 28/02 e 01 à 02/03/2007 - Análise das famílias do Auxilio Moradia para possível inclusão nos Programas de Renda Mínima. 02/03/2007 - Reunião na Codecir sobre Plano de Remoção. 06/03/2007 - Mutirão para providenciar documentos de RG e CPF. 23/02/2007 - Última data para publicação do decreto de Auxílio Moradia. 05 à 23/03/2007 - Remoção das Famílias do Canal Jacarezinho. 05 à 23/03/2007 - Remoção dos entulhos. 02/03/2007 - Reunião de nivelamento e apresentação de cronograma de obras. 13 e 21/03/2007 - Pagamento do Auxílio Moradia na Codecir. 14 à 16, e 27/03/2007 - Oficinas com jovens do Canal Jacarezinho. 21/03/2007 - Desativação do escritório na rua Marcílio Dias e instalação do Escritório da Delta/Rocha. 03/04/2007 - Reunião de Rearticulação da comissão de Acompanhamento das Intervenções do Jacarezinho. Andamento da Obra: Problemas Iniciais, devidamente contornados. A Liberação da Ordem de Serviço da Obra – Canal do Jacarezinho – (04/06/2007) esteve condicionada a transferência orçamentária do Programa, da Autarquia de Saneamento para a Secretaria de Saneamento acarretando o atraso na liberação da referida OS e conseqüente atraso na Obra, agravado pela alta incidência de chuvas fortes no período anterior. Intervenções Realizadas – Rua das Moças. Habitacional: 1 - Os serviços já realizados na área do reassentamento Habitacional (Rua Iguatu) foram os seguintes: Limpeza, desmatamento e destocamento da área; Terraplenagem para nivelamento e locação do sistema viário; Início da escavação das fundações das unidades habitacionais. 2. A Situação das intervenções na área do reassentamento (Rua Iguatu) é a seguinte: 184



PREFEITURA DO
RECIFE

Unidades Habitacionais Iniciadas. Quadra A: 40 Unidades com alvenaria até o nível da laje do piso superior – Laje a Iniciar. Quadra C: 26 Unidades com escavação. Quadra D: 42 Unidades com fundação em execução. Quadra E: 42 Unidades com alvenaria até o nível da laje do piso superior. Quadra F: 34 Unidades com toda a fundação executada – Alvenaria a iniciar. (+09 Unidades com escavação a iniciar). Área do Canal: A situação dos serviços na área do Canal do Jacarezinho é a seguinte: Ajustes na locação do Projeto (canal) para reduzir interferências com as habitações remanescentes – concluídos; Levantamento (checagem) das áreas livres remanescentes após relocação do canal – em conclusão; Detalhamento de peças pré-moldadas para agilizar a execução da obra do canal – em elaboração. Trabalho Social: Reuniões com periodicidade Quinzenais (primeira e terceira quartas-feiras do mês) com participação dos Representantes da UEM/PCR; Consorcio Delta Rocha e Comissão de moradores tendo com finalidade acompanhamento e esclarecimentos referente ao andamento das obras. Cronograma Social / Etapas: Acompanhamento Social da Obra; Acompanhamento social durante o reassentamento; Acompanhamento das Ações de Educação Sanitária e Ambiental (DESA). Programa de Mão de Obra Local (PMOL) – Critérios: Morar no perímetro de obras; Estar devidamente inscrito; Maior Número de filhos; Maior número de pessoas na mesma residência sem renda; Pessoas com co-habitantes deficientes; Maior tempo de desemprego; Estar direta ou indiretamente ligado ao auxílio moradia. - definido com a comissão de Jacarezinho. PMOL em números: 113 Admitidos, 12 encaminhados para o exame médico (cartas) e 20 em cadastro de reserva. Auxílio Moradia: 218 famílias atualmente beneficiadas pelo Auxílio Moradia; 05 meses de Auxílio Moradia pagos e Agilidade no pagamento através de cartões magnéticos. UEs 20 e 21 - Localidades: Campina do Barreto, Chão de Estrelas, Arruda. População: 46.250 Habitantes. REMOÇÃO DE 1070 HABITAÇÕES. Investimentos: 18,8 milhões (Prometrópole) e 50 milhões (PAC). Situação atual: Concluída a elaboração dos Projetos de Saneamento Integrado (PSI) e do Programa de Trabalho Social (PTS); Solicitação de não objeção do Banco Mundial para licitação das Obras na Área Prioritária; Previsão de Licitação da área Crítica - Agosto de 2007. Área Crítica (1ª Fase de Intervenção): R\$ 18.827.878,29. 2ª Fase de Intervenção: R\$ 49.952.096,00 Serão utilizados Recursos do PAC. Principais Ações: Água - Ligações 1.531 e Rede - 6.100 m. Esgotos - Ligações 12.898 e Rede - 14.015 m. Pavimentação - 16,41 km. Unidades Habitacionais 728. Caracterização Ambiental - Heterogeneidade: Áreas de extrema carência, Áreas com boa qualidade ambiental, Área de morro e Área de Planície. Caracterização Jurídico Fundiária: Trechos de ZEIS Campo Grande e Fundão; Legislação específica – Parâmetros Especiais; Área com loteamentos aprovados (aproximadamente 55%). Propostas Urbanísticas: Remoção e reassentamento de habitações precárias, em áreas non aedificandi, ou para instalação de infra-estrutura; Reassentamento em habitações de alvenaria e situação fundiária regular. Implantação de redes de infra-estrutura: Abastecimento d'água, Esgotamento sanitário, Drenagem e Pavimentação. 1ª. ETAPA - Áreas críticas selecionadas para início das intervenções: MARGEM ESQUERDA DO CANAL VASCO DA GAMA – PEIXINHOS (Avenida Prof. José dos Anjos, Rua da Regeneração e Rua Novaes). PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM: Rua Cabralia, Rua Glicério, Rua Guaçu (OP), Rua Honório de Souza, Rua João Roma, Rua Jutai (OP), Rua Miracica-Montese (OP) e Rua Poeta Jayme Griz. TRATAMENTO DO SEGUNDO TRECHO DO CANAL DO JACAREZINHO - PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E ESGOTAMENTO: Rua Major Guilherme Bonifácio (OP), Rua Maria Digna (OP), Rua Barão de Alagoas (OP), Rua Projetada 3, Praça Jamil



PREFEITURA DO
RECIFE

Dagli e Construção do Escritório Local. PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E ESGOTAMENTO: Rua Iguatu (OP), Travessa Garibaldi, Travessa Esperança, Rua Cônego Olímpio Torres e Rua Marcílio Dias (drenagem). 2ª. ETAPA - Margem do Rio Beberibe: Rua Ubiratan, Parque Beira-rio, Tratamento Canal Av. Pedro de Melo Pedrosa, Mercado Campina do Barreto (Reassentamento), Tratamento da Praça de Chão de Estrelas (Mercado Chão de Estrelas), Abertura da Rua Zeferino Agra, Rua Pedro Rodrigues de Barros, Muro de proteção na área de morro, Setor 03 da UE 20 (Rua Carlos A. Barbosa e Rua Projetada). Propostas de Equipamentos Públicos: Escritório Local, 1 parque na Margem do Rio Beberibe, 5 praças criadas, 2 praças reformadas e Pontos de lazer na Av. Prof. José dos Anjos. Tipologias Habitacionais: Tipologia 1 (Padrão) – 286 unidades: 36 m² de área, 2 pavimentos e 2 quartos, sala, cozinha, WC, área serviço. Tipologia 2 (Especial) - 47 unidades: 42 m² de área, 1 quarto no pavimento térreo. Lotes para uso misto – 18 unidades (esquina – lotes maiores para ampliação). Ações Locais: Implantação e complementação das redes de distribuição de água e de coleta de esgotos; Drenagem e pavimentação de vias; Ações para melhoria do sistema de limpeza urbana; Requalificação e criação de espaços públicos de uso coletivo; Implantação de equipamentos públicos: Posto de Saúde e Escritório Local; Viabilização de empreendimentos de caráter supra-local (implantação do Parque Beberibe e prolongamento da Av. Prof. José dos Anjos); Remoção de habitações na calha, dragagem e revestimento do Canal do Jacarezinho para melhoria dos problemas de drenagem das áreas vizinhas. UE 03 – Localidades: Dois Unidos (Terminal). População: 10.185 Habitantes. Área: 104,77 hectares. Investimentos: 14,1 milhões (Prometrópole) e 26,5 milhões (PAC). Situação atual: Concluída a elaboração dos Projetos de Saneamento Integrado (PSI) e do Programa de Trabalho Social (PTS); Solicitação de não objeção do Banco Mundial para Licitação das Obras na Área Prioritária; Previsão de Licitação em Julho de 2007. Área Prioritária – 1ª. ETAPA : R\$ 14.076.868,80. 2ª Fase de Intervenção: R\$ 26.461.192,73 Serão utilizados Recursos do PAC. Principais Ações: Água - Ligações 1.902 e Rede 12.809 m. Esgotos - Ligações 2.896 e Rede – 12.813 m. Pavimentação – 4,07 km. Unidades Habitacionais 677. Tipologia Habitacional adequada a realidade das famílias locais: Tipologia P1: Sala + Cozinha + Área de Serviço + Banheiro + Terraço + 2 quartos. Lote: 60m². Tipologia P2 e P3: Sala + Cozinha + Área de Serviço + Banheiro + Terraço + 3 quartos. Lote: 90m² e 120m². Praça de Lazer, Praça do Comércio, Parque infantil e Praça da Vila. UEs 04,08,17 e 19 – Localidades: Dois Unidos, Vasco da Gama, Alto Santa Terezinha, Linha do Tiro, Água Fria, Porto da Madeira, Fundão e Beberibe. População: 11.383 hab. Investimentos: 71,5 milhões (PAC). Situação atual: Concluída a elaboração dos Projetos de Saneamento Integrado (PSI) e do Programa de Trabalho Social (PTS). Intervenção: R\$ 71.586.710,36 Serão utilizados Recursos do PAC. Principais Ações: Água - Ligações 841 e Rede – 7.683 m. Esgotos - Ligações 3.427 e Rede – 13.974 m. Pavimentação – 2,52 km. Unidades Habitacionais 865. Implantação de Sistema de Abastecimento de Água; Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário; Pavimentação e Drenagem; Plano em área de encostas; Melhoria do sistema viário e das condições de acessibilidade; Requalificação e implantação dos espaços livres de uso público existentes e a criação de novos espaços para prática de esportes, lazer e de convivência; Requalificação do Centro Comercial de Beberibe; Urbanização dos assentamentos espontâneos consolidados; Relocações e Reassentamentos”. Concluída a apresentação, Dra. De Biase deu início ao processo de discussão, passando a palavra ao conselheiro Edgar Gomes da Silva, representante da ADEMI/PE, que iniciou sua fala



PREFEITURA DO
RECIFE

parabenizando o secretário Marcus Tullius pela apresentação. E perguntou qual o prazo de conclusão do programa. "Qual a projeção de tempo para realização das ações? Pergunto isso porque a administração municipal tem um tempo de gestão". O Secretário de Saneamento respondendo ao conselheiro, falou que, "o Canal do Jacarezinho, por exemplo, deverá ser entregue em fevereiro de 2008. Nas UEs 20 e 21 com recursos do Bando Mundial, obras com duração de um ano e meio. Ainda nas UEs 20 e 21 com recursos do PAC, previstas para dois anos, no máximo dois anos e meio. Quero tranquilizá-lo que não teremos problema, pois no momento da execução, estaremos com os recursos assegurados. Na UE 3, a primeira etapa é uma obra para doze meses, as outras UEs com obras para um ano e meio. Com possibilidade de ser entregue ainda na gestão do prefeito João Paulo". Dando prosseguimento, Dra. De Biase passou a palavra ao conselheiro Antônio Valdo de Alencar, representante da Secretaria de Serviços Públicos. O conselheiro falou que, "o número de famílias a serem beneficiadas com as obras no Canal de Jacarezinho, será maior do que o citado pelo secretário Marcus. Existem tampões que são levantados pela pressão da água devido à obstrução do Jacarezinho. A Rua Marcílio Dias vivia constantemente coberta d'água, de inverno a verão. Qualquer chuva alagava e repercutia em Beberibe, na II Perimetral. E, a condição de vida da população local, era sub humana. Dentre as obras realizadas, talvez esta seja a obra mais importante que a cidade do Recife teve nos últimos anos. Lembro que o Prometrópole começou a ser pensado no segundo governo do Dr. Miguel Arraes. Vem se arrastando há bastante tempo. Quando hoje, vemos se tornar realidade, ficamos muito felizes, gratificados. O programa ao ser executado, com certeza trará uma melhor condição de vida para a população. Dará às pessoas, dignidade, condição humana. Ver o Prometrópole de forma concreta, nos deixa muito satisfeitos". Passando em seguida a palavra ao conselheiro Marcos José Maia Borges, representante da CEF. O conselheiro Marcos parabenizou o secretário Dr. Marcus Tullius, juntamente com toda a sua equipe. Em seguida, falou do papel da Caixa na alocação dos recursos oriundos do PAC, programa do Governo Federal. Concluído o processo de discussão, Dra. De Biase falou do orgulho de ter participado também do programa Prometrópole, na fase de captação. "Fico feliz e realizada em ver que, mesmo com o problema da queda do dólar, se conseguiu dar continuidade ao programa. Ele estar sendo implantado. Agradeço e parabeno o secretário Marcus e toda equipe aqui presente". Em seguida passou a palavra ao secretário de Saneamento para os comentários finais. O secretário agradeceu ao Conselho pela oportunidade, em especial à Dra. Maria De Biase pela contribuição que deu ao programa desde o seu início. "Tivemos muitas dificuldades, até mesmo para montar a equipe e colocar numa sala. Até hoje, temos dificuldade de espaço físico. Nossa equipe se desdobra. Estamos com projetos prontos e necessitamos de autorização da CEF, para licitá-los. São áreas grandes, carentes, difíceis de serem trabalhadas. O conselheiro Marcos Borges, sabe que a Caixa Econômica Federal, recentemente assinou com a Prefeitura a primeira obra que será realizada na cidade com recursos do PAC. Obra de saneamento integrado, tipo o Prometrópole, que é o Sistema Cordeiro. Teremos outra estação de tratamento no Recife. Obra de 125 milhões. Iremos urbanizar 11 favelas. Temos autorização da Caixa pra realizar a licitação. O projeto foi elaborado pela própria equipe da Secretaria de Saneamento. Logo, não foi necessário alocar recursos para este fim. Voltando ao programa em pauta, o Prometrópole é um trabalho de dedicação de toda a equipe da secretaria. A equipe é tão boa, que não foi preciso contratar uma gerenciadora. Como bem falou o conselheiro Antônio Valdo, o Prometrópole, quando as



PREFEITURA DO
RECIFE

suas obras forem executadas, mudará a face de grande parte da cidade do Recife. Nossa equipe faz um acompanhamento diário das obras. O Prometrópole é importante para todos nós e, em especial, à população diretamente beneficiada. Melhora a qualidade de vida, dignifica as pessoas, levanta a auto estima da população que antes morava literalmente no esgoto. Para concluir, quero agradecer a oportunidade, pois é muito importante para nós estarmos apresentando, discutindo o programa no Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU”. Dando continuidade, Dra. De Biase perguntou se algum conselheiro gostaria de fazer alguns informes. Obteve resposta negativa. Neste momento, o conselheiro Tamar Ferreira de Lima, representante da Ag. CONDEPE/FIDEM, solicitou à suplente do presidente que fosse apresentado, no Conselho, o Parque Dona Lindu, a ser construído no bairro de Boa Viagem. Dra. De Biase falou que iria levar a sugestão ao presidente do Conselho, para em seguida, colocar em pauta. A solicitação do conselheiro Tamar Lima foi endossada pelo conselheiro João Domingos Petribú da Costa Azevedo, representante do IAB/PE. O conselheiro falou que, “os planos, os parques, enfim, os projetos do município, quando são apresentados ao CDU, estão em fase de conclusão ou concluídos. Deveriam tramitar no Conselho enquanto projetos, em desenvolvimentos”. Em seguida, Dra. De Biase falou que gostaria de dar um informe. “Tendo em vista toda essa proposta de combate à poluição visual que a Prefeitura estar realizando, que vocês estão tomando conhecimento através da mídia, informo que estamos com um prazo de trinta dias para fazermos uma alteração/reformulação na Lei de Publicidade. Foi constituído um grupo para estudo com participações de várias secretarias da Prefeitura. Principalmente Planejamento, Comunicação, Assuntos Jurídicos e Finanças. O grupo irá elaborar uma nova proposta, um Projeto de Lei. E, logo que esta proposta inicial estiver pronta, gostaria de disponibilizá-la para todos, através dos e-mails. Para conhecimento e contribuições”. Finalizando a reunião, Dra. De Biase agendou para o dia 21 de setembro a próxima reunião do Conselho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, secretária executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 24 de agosto de 2007.

Maria José De Biase – Suplente do presidente

Taciana Maria Sotto Mayor P. Chagas – DIRCON/SPPODUA (suplente)

Fábio Henrique de Souza Macêdo – Sec. Finanças (suplente)

Ana Maria da Costa Magalhães – SAS (suplente)

Andréa Karla Amaral de Galiza – SAJ (titular)

Antônio Valdo de Alencar – Sec. Serviços Públicos (suplente)

Djalma S. M. Paes Júnior – Sec. Ciência, Tec. Des. Econômico (titular)

José Romero Campello Britto – Séc. Turismo (suplente)

Carlos Eduardo Maciel Lyra – SANEAR (titular)

Marco José Maia Borges – CEF (suplente)

Tamar Ferreira de Lima – Ag. CONDEPE/FIDEM (titular)

Marco Aurélio Mayrinck Estela de Melo – FIEPE (suplente)



PREFEITURA DO
RECIFE

Tomé Ferreira de Lima – FEAMEPE (suplente)

Tomé Ferreira de Lima

José Luiz Mota Menezes – CREA/PE (titular)

Ana Lúcia R. M. Fernandes da Costa – CREA/PE (suplente)

Costa.

Sérgio Higino Dias dos Santos – OAB/PE (suplente)

João Domingos P. da Costa Azevedo – IAB/PE (suplente)

Edgar Gomes da Silva – ADEMI/PE (titular)

Eduardo Fernandes de Moura – ABIH (suplente)

Paulo Reynaldo Maia Alves – CJC/ABONG (titular)

Marcos Francisco Barbosa – Fórum do Prezeis (titular)

Maria Lúcia da Silva – FIJ (suplente)
